ÓRGÃO EMISSOR (NÃO PREENCHER; ESTA INFORMAÇÃO SERÁ PREENCHIDA POSTERIORMENTE)

Tipo de diploma/acto, número/ano e data do diploma (não preencher; esta informação será preenchida posteriormente)

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho e, tendo sido observado o disposto no n.º 5 do artigo 9.º do mesmo diploma legal, faz-se público que por despacho do Vice-Presidente do Governo, de 29 de Dezembro de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso, um procedimento com vista à celebração de um contrato individual de trabalho, a termo resolutivo, de acordo com a alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, pelo prazo de um ano, para exercício de funções de **técnico superior de 2.ª classe**, com licenciatura em Economia, Gestão (vertente Empresarial) ou Contabilidade.

1. Compete genericamente à categoria, adoptar e/ou aplicar métodos e processos técnico-científicos, designadamente elaborando estudos, concebendo e desenvolvendo projectos e emitindo pareceres, sobre medidas de políticas e de gestão que interessam à Administração, tendo em vista preparar a tomada de decisão superior.

2. O local de trabalho é em Angra do Heroísmo.

3. A remuneração a atribuir é a correspondente ao escalão 1, do índice 400, da escala indiciária a que se reporta o mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, republicado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e as condições e regalias sociais são as genericamente vigentes para a Função Pública.

4. Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

5. Nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2002/A, de 1 de Março, que adaptou à Região o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, os candidatos com deficiência tem preferência sempre que se verifique igualdade de classificação a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

6. Os métodos de selecção a utilizar são os seguintes:

- a) Avaliação curricular;
- b) Entrevista.

7. Na avaliação curricular ponderar-se-ão:

- a) Habilitação académica de base;
- b) Formação profissional complementar;
- c) Experiência profissional.

8. Na entrevista ponderar-se-ão os seguintes factores:

- a) Capacidade de expressão e fluência verbal;
- b) Sentido crítico e inovador;
- c) Motivação e interesse;
- d) Discussão curricular;
- e) Visão global da Administração, sentido de organização e capacidade para resolução de problemas.

9. Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção utilizados no procedimento constam de actas a facultar aos candidatos, sempre que solicitadas.

10. Os requerimentos para admissão ao presente procedimento, deverão ser feitos em papel adequado, dirigidos à presidente do júri e entregues no Centro de Gestão Financeira da Segurança Social, Rua dos Italianos, n.º 10, 9700-099 Angra do Heroísmo, ou remetidos por correio em carta registada com aviso de recepção, e deles devem constar, em alíneas separadas, os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, endereço postal, endereço electrónico e contacto telefónico), devendo juntar, sob pena de exclusão, fotocópia do bilhete de identidade, do cartão de Identificação fiscal, e comprovativo da situação militar regularizada;

b) Habilitações literárias;

c) Habilitações profissionais (especializações, estágios, seminários, acções de formação, cursos de pós - graduação, etc.);

d) Experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata.

e) Só serão consideradas a experiência profissional e a formação profissional, devidamente comprovadas.

f) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para a apreciação do seu mérito, os quais só serão tidos em consideração se devidamente comprovados.

11. Conjuntamente com o requerimento para admissão ao procedimento, os candidatos deverão formalizar a sua candidatura apresentando, sob pena de exclusão, documento comprovativo das habilitações literárias e curriculum vitae detalhado e assinado.

12. O júri terá a seguinte composição:

Presidente: Margarida de Fátima Nunes Mendes, Administradora do CGFSS.

Vogais

efectivos: Patrícia Borges Soares da Silveira, Chefe de Divisão de Orçamento, Conta e Estatística, no CGFSS, que substituirá a presidente nas suas ausências ou impedimentos;

Rosa Rodrigues, assessor principal no IGRSS.

Vogais

Suplentes: Maria Elisa Garcia Castelo Branco Couto Costa, assessor principal;

Ricardina Martiniano Machado, assessor principal.

26 de Fevereiro de 2007. - A Presidente do Júri, *Margarida de Fátima Nunes Mendes*.